

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### Cultura popular: um conceito circular na experiência do MCP (1960-1964)

Bianca Nogueira da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O Movimento de Cultura Popular - MCP - criado na cidade do Recife nos anos 1960, foi uma das mais plurais atuações das massas populares no período que antecedeu a ditadura militar no Brasil (1964 -1985). Sob a bandeira da alfabetização de crianças, jovens e adultos, o MCP empreende uma grande onda difusora do conhecimento e disseminação de atividades culturais como a dança, o teatro, o cinema e as artes plásticas, uma experiência que agitou as estruturas sociais da época. O presente trabalho propõe uma discussão sobre o conceito de cultura popular travado nos campos da história cultural a partir das dicotômicas vivências do MCP, onde a intelectualidade pernambucana “constrói” as estruturas base da organização das camadas subalternas.

**Palavras-chave:** Movimento de cultura popular – História Cultural – Intelectuais.

**Abstract:** The *Movimento de Cultura Popular* - MCP - created in Recife at decade of 60, was one of more plural performances of the popular masses on the period that preceded the military dictatorship in Brazil (1964 -1985). Using the teaching of children, young and adults, the MCP undertakes a great diffusing wave of the knowledge and cultural activities dissemination as dance, theater, cinema and plastic arts, an experience that agitated the social structures of the time. This work considers a quarrel on the concept of popular culture in the cultural history's fields from the dichotomic experiences of MCP, where the intellectuality of Pernambuco State “constructs” the organization of subordinate layers structures base.

**Keywords:** Movimento de Cultura Popular - Cultural History - Intellectuals.

A cidade do Recife foi palco de uma das mais efervescentes situações políticas, sociais e culturais que permearam a sociedade brasileira nos anos 1960. Tal afirmativa é justificada pela ascensão de administrações tidas como “populares” que ganharam força desde a década de 1950 e promoveram o surgimento de inúmeros órgãos de representação popular entre elas: Sindicatos rurais e urbanos, Associações de bairro, e o Movimento de Cultura Popular.

Criado em maio de 1960 o MCP foi gerado dentro do governo Miguel Arraes que foi leito prefeito do Recife democraticamente, para um mandato de quatro anos. A proposta era a alfabetização das crianças da cidade que não contava na época com uma sistematizada rede de ensino público. Os altos índices de analfabetismo na região não estavam restrito as crianças, sendo assim a partir de uma análise mais ampliada da situação da escolarização do Recife, o MCP expandiu suas ações alcançando jovens e adultos.

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Germano Coelho, primeiro presidente do MCP foi o organizador do projeto que contou a participação de outros intelectuais pernambucanos como: Paulo Freire, Josina Godoy, Abelardo da Hora, Anita Paes Barreto e Nelson Xavier. A partir da junção desses e outros intelectuais o MCP ganhou mais atuação comunitárias ampliando suas ações para a produção da cultura popular através das artes plásticas, dança, teatro, cinema entre outros.

Estruturalmente, o MCP estava subdividido em dez departamentos (arte, música, alfabetização, setores administrativos etc), que gerenciavam todos os seus tentáculos. Os espaços de utilização eram os mais diversos: salões de festas, clubes, igrejas, residências e associações de bairro, o que barateava em muito seus gastos. O departamento de marketing do MCP contava apenas com um jipe com um alto-falante que anunciava os pólos dos eventos. Muitos levantamentos eram feitos entre a população para se identificar os seus maiores interesses, e esses pontos eram priorizados.

Com o resultado das pesquisas de campo e da própria experiência cotidiana do MCP, Norma Coelho e Josina Godoy, do departamento de educação, escreveram uma cartilha de alfabetização para adultos, muito criticada, sendo inclusive um dos alvos prediletos de toda a campanha encetada para destruir o Movimento.

Apesar das divergências ideológicas internas que eclodiram durante o desenvolvimento dos projetos, a crença no programa em realização era o ponto de intercessão dos seus organizadores, e este prevaleceu. Havia os que objetivavam resultados políticos e outros que privilegiavam a elevação da cultura popular. Do entrelaço dessas tendências, porém, enriqueceu-se o movimento, ele mesmo polêmico em questionar os problemas culturais brasileiros.

O MCP foi a tentativa da construção de uma Universidade Popular não transmissora de verdades pré-estabelecidas, difundindo, sobretudo, a conscientização social e os valores educacionais úteis à formação de uma base que viesse a atender as necessidades do Nordeste e do Brasil.

Em 1962, o prefeito Miguel Arraes afasta-se do seu cargo a fim de disputar as eleições para governador do estado. Sua popularidade na administração do Recife garantiu o sucesso na soma de votos na capital, sendo assim sua campanha foi focalizada no interior do estado onde as políticas coronelistas ainda fortes concentravam o apoio nos candidatos da situação.

Com a vitória de Arraes as práticas emecepistas foram expandidas para o interior do estado, ganhando mais expressividade e tornando-se modelo para os outros estados brasileiros.

A base de apoio do MCP era a sua intrínseca relação com outros seguimentos da sociedade civil organizada. A comunicação desses segmentos populares extrapolava o limite da voluntariedade e da informalidade, muitas das escolas do MCP que funcionavam em espaços comunitários foram desarticuladas com o golpe militar de 1964. Vista como um órgão subversivo o MCP e muitas outras organizações populares foram postas na ilegalidade sendo obrigada a encerrar suas atividades.

Com a deposição e prisão do governador Miguel Arraes e o prefeito da cidade do Recife Pelópidas Silveira, inúmeras associações de bairros e sindicatos foram fechadas e as que continuaram suas atividades foram brutalmente adulteradas, da mesma forma o MCP foi extinto e muitos de seus organizadores foram presos.

Segundo Carlos Brandão entre 1964 e pelo menos 1978, foram cada vez mais raras as experiências de um trabalho junto ao povo realizado a partir do emprego de práticas pedagógicas de alfabetização (BRANDÃO, 1981). Ao reprimir os movimento de educação popular em 1964 e mais acirradamente em 1968 (agravado com o Ato Institucional nº 5) coube ao próprio governo desenvolver um programa que contemplasse ao menos intencionalmente as necessidades educacionais: para isso foi criado o MOBREAL.

Diante deste capítulo da História brasileira, surgem inúmeras inquietações. Interrogações que norteiam outras investigações e por fim nos levam a mais interrogações. Talvez uma das mais persistentes desde o primeiro mergulho no tema tenha sido o conceito de cultura utilizado pelo Movimento de Cultura Popular. Com que legitimação uma pequena elite intelectual brasileira constrói uma organização como o MCP? Que suporte teórico oferece melhor alicerce para responder a essa pergunta? Como apreender dentro dos conceitos históricos a definição de sociedade civil organizada, movimento popular, cultura popular e povo? Alguns historiadores, sociólogos e folcloristas já se aventuraram nessa temática:

“Na minha visão, é tudo aquilo que o povo como um todo já tinha, manifestava, mas não tinha destaque é tanto que no Sitio da Trindade as festas que eram promovidas no Carnaval, no São João, no Natal etc eram programadas no sentido de dar espaço pra todos os grupos possíveis como pastoril, mamulengo, bumba-meu-boi, enfim... Pudessem se apresentar, então era justamente fazer com que os grupos culturais das mais diversas origens pudessem ter um espaço público para se manifestar, e com isso não ficariam restritos ao seu mundo. Um exemplo é o maracatu que a partir daí ganha um destaque no espaço urbano. Além de trazer a público a situação de pobreza, de miséria, de exploração que vivia o povo brasileiro na época que era representada nas esquetes, teatros, de filmes e etc. e muita coisa foi feita (...) é Rio 40 graus, Nelson Pereira dos Santos etc... e grande destaque ganhava nessa ocasião ou autores brasileiros que de uma certa forma pensavam um pouco o que era Brasil na época, por exemplo eu me lembro muito bem da grande atração que Jorge Amado exercia sobre o público leitor da praça de cultura, então haviam grupos de debates que discutiam os textos de Jorge Amado (...) discutimos Capitães de Areia, Jubiabá e assim sucessivamente, havia uma espécie de seleção daqueles autores que mais e mais poderia gerar a discussão da situação concreta que vivia aquela população e do

próprio país, então gerava nessa perspectiva , numa grande palavra na época que era a conscientização”<sup>2</sup>

A partir do depoimento de professora Silke Weber entende-se cultura popular como uma manifestação feita pelo “povo”, categoria histórica/social economicamente encaixada nos grupos subalternos. Que através de uma organização política, ocupa um específico lugar no espaço público, e que, numa perspectiva de organização simbólica, finca os pés no campo cultural.

São nos encontros e desencontros da cultura popular com a cultura elitista que a identidade cultural do povo brasileiro é construída. Partindo da circularidade cultural defendida por Roger Chartier, entende-se dessa forma a cultura popular como essa dinâmica entre as estruturas sociais que permeia todas as esferas econômicas.

Faz-se imprescindível verificar que a gênese do MCP é possível a partir da observação de uma necessidade social percebida por uma elite intelectual da cidade, ou seja, suas ações são pensadas a partir de uma “intelectualidade para o povo. Michel de Certeau justifica essa relação ao estabelecer as diferentes culturas a partir das antagônicas posturas sociais, onde quem esta em cima garante a verificação e a repetição do que está sendo observado” (CERTEAU, 1994).

Abre-se então um duelo no campo social entre o discurso do popular *versus* cultura referencial.

A proposta vinda a partir de intelectuais do MCP para o povo é de que através da educação formal, ou seja, da apropriação dos conhecimentos do mundo letrado, era possível uma organização social e política, capaz de colocar o Nordeste em sintonia com o desenvolvimento experimentado pelo sul e sudeste do país. A organização política que agitou os anos 1960 em Pernambuco teve, então, como ingredientes principais a educação e a cultura popular.

A cultura dita popular ganha, dessa forma, outros signos e significados: o que é exótico, nos anos 1920, torna-se político a partir dos anos 1950, e transforma-se em arma nos anos 1960. Através dos eventos produzidos nos bairros do Recife, o povo em cena expõe seu cotidiano de pobreza e exploração, utiliza as peças teatrais, os cordéis e as cantigas para

---

<sup>2</sup> Depoimento colhido numa entrevista com a professora Dra. Silke Weber, departamento de sociologia da UFPE participante do MCP.

reivindicar seus direitos como cidadão. Esta era a revolução democrática tão temida pelos conservadores, ganhado formas e cores na periferia da cidade.

“O povo via sua realidade retratada a partir das peças encenadas nas praças e ruas do Recife, eu me lembro de muitas peças do Bertoldo Brecht que estavam no circuito do MCP, não que a motivação maior do público que lotava os espaços fosse ir assistir a sua realidade representada, eles iam pela festa, mas ao chegar lá a identificação acontecia com os enredos, era a realidade do trabalhador, do desempregado, dos mocambos e dos analfabetos virando arte(...)”<sup>3</sup>.

A consciência política é ativada nas experiências do MCP, e gera organização das massas em torno de seus ideais comuns. Na perspectiva Gramsciana, como dissemos anteriormente, é importante avaliar o que une essas massas, qual amálgama que agrega essas forças em torno de uma vontade coletiva. Vontade coletiva que por sua vez deve ser questionada se efetivamente representa a soma das vontades individuais.

Neste sentido, No campo político os partidos exercem um importante papel de representação social, pois reúnem indivíduos imbuídos de um ideal de governo. Várias classes sociais estruturam-se neste período pré-golpe militar através de organizações de cunho político. Mas em contrapartida à estruturação das classes sociais populares ou esquerdizantes, forças conservadoras unem esforços contra a vontade coletiva desse gênero, para manter o poder econômico – corporativo, num sistema internacional de “equilíbrio pacífico”.

Os partidos políticos são normalmente caracterizados pelo grupo social que representam. Assim, legendas como PSD, UDN, PC, PS entre muitas outras, deixam clara a natureza do grupo social que grosso modo os constitui. Dessa forma, a história do partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social, as confluências giram em torno de uma coesão principal, que no mínimo deve ser partilhada pelos membros da legenda, entretanto a experiência brasileira parece desafiar esse princípio, na aproximação de forças antagônicas em determinados momentos históricos.

O Recife atravessou uma importante experiência nos anos de 1960. Popularizou idéias políticas, socializou o ensino, abriu espaço para a cultura popular e criou uma atmosfera favorável à organização social através das associações de bairro, dos sindicatos e demais órgãos de representação popular.

Essas inovações foram geradas nas décadas de 1940 e 1950, quando são criadas as primeiras associações de bairro, e as esquerdas no Brasil, sobretudo o Partido Comunista, imprimem um ritmo mais intenso de consciência ideológica nas bases populares.

---

<sup>3</sup> Ibidem nota nº2

A década de 1950 foi marcada na cidade pela ascensão de administradores de perfil popular x populista, onde havia uma preocupação com o desenvolvimento econômico e social de todos os seguimentos da população, através do apoio às bases populares. Esses administradores voltaram-se às necessidades primárias do povo (moradia, alimentação, transporte e saneamento básico).

Pelópidas Silveira enquanto prefeito e governador teve esta preocupação, criou um aberto diálogo entre sua administração e as camadas populares, organizou as associações de bairro que tinham como objetivo a reivindicação de melhores condições de vida de suas localidades.

Miguel Arraes dá continuidade a esse perfil administrativo, e amplia o diálogo com as massas instaurando espaços onde as necessidades dos mais pobres eram priorizadas. É dentro dessas iniciativas que nasceu o MCP. O sucesso na cidade levou as práticas do MCP para além do estado de Pernambuco. Os intelectuais que participaram da estruturação do projeto contaram com uma ampla participação das massas, que ativamente foram alcançadas pela cultura letrada.

Há, entretanto, na opinião do professor José Batista Neto, um ranço elitista nas práticas do MCP. Segundo ele, a intenção de proporcionar a elevação do nível cultural do povo revela que, na avaliação da intelectualidade emecepista, na idéia de cultura popular está presente um certo conceito de “cultura modelo”, de “cultura referente”.

Elitismo à parte, o MCP foi uma das mais importantes organizações sociais dos anos 1960, pois agregava nas suas ações outras organizações como as Associações de Bairro, por exemplo, numa intensa relação de “unir forças” para um bem comum, desenvolvimento de tudo e todos.

É importante ressaltar que ideologicamente há muitas motivações nos bastidores dos acontecimentos do período pré-golpe militar, calcados e resumidos em duas ideologias que pressionavam o mundo: o capitalismo e o socialismo.

Sendo assim, as interferências, principalmente do PC, nas organizações sociais são freqüentes, havia uma crítica contundente as atuações dos comunistas nas Associações de Bairro, por exemplo, embora estas organizações não tivessem essencialmente uma unidade política. Há ainda a difícil missão de definir o que é direita e esquerda no Brasil neste período. Apesar de ideologicamente estarem bem definidos, as alianças políticas ao longo das décadas de 1950 e 1960 fazem com que “direitistas e esquerdistas” unam-se em pleitos eleitorais.

Há também, segundo o sociólogo, Roberto Aguiar, uma mitológica idéia de que nessa confluência de idéias prevalecia as esquerdas em Pernambuco. Ele afirma estatisticamente que sem o apoio de setores conservadores, muitos políticos de perfil socialista não teriam chegado ao poder.

O golpe militar termina em 1964 com essa disputa por espaços e influências, define os padrões de pensamento e o que destoava disso é taxado de subversivo. Assim, as organizações sociais recuam nesse período, sobrando espaço apenas para a censura e a castração social.

As atividades do MCP são reprimidas, as cartilhas “subversivas” apreendidas, as associações de bairro fechadas e/ou mutiladas, freando o ritmo de desenvolvimento que agitou o início dos anos 1960.

O que a história nos aponta sobre este período pode ser modestamente resumido numa idéia: efervescência! Cultural, política, ideológica, religiosa... E quantas mais ela nos permitir identificar através dos registros que ficaram: livros, imagens, documentos e memória.

### Referências Bibliográficas:

- AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife da Frente ao Golpe - Ideologias Políticas em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. Coleção Primeiros Passos. 45ª Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O Que é o Método Paulo Freire**. Coleção Primeiros Passos. 25ª Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): A Revolução da Historiografia**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu Conto Como o Caso Foi – da Coluna Prestes à Queda de Arraes**. 3ª Edição. Recife: Ed. Guararapes, 1980.
- \_\_\_\_\_. **O Caso eu Conto Como o Caso Foi – Memórias Políticas**. 2ª Edição. Recife: Ed. Guararapes, 1980.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre as Práticas e as Representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1985.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. 10ª Edição. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1939.
- GRAMISCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1980.
- HUNT, Lynh. **A Nova História Cultural**. Primeira Edição. Tradução de Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.

JACCOUB, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife: Ed. Massangana, 1990.

### **Memorial do Movimento de Cultura Popular.**

NETO, José Batista. **MCP: O Povo como Categoria Histórica**. Coleção Tempos e espaços, Volume I. In: Recife: que história é essa? Recife: 1987.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2º Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo do Arraes - Nacionalismo em Crise: 1955-1964**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

VAINFAS, Ronaldo. **História das Mentalidades e História Cultural**. In Domínios da História. Ciro Flamarion (orgs.). São Paulo: Ed. Campus, 1991.

WEBER, Silke. **Política e Educação: o Movimento de Cultura Popular no Recife**. Rio de Janeiro. Dados – Revista de Ciências Sociais. Vol. 27 nº. 2/984.